

# Geografia e Poder Nacional

LYSIA M. C. BERNARDES

Geógrafa do CNG

Sendo o Espaço, o Homem e os Recursos, elementos básicos do Poder Nacional, sobre os quais este se estrutura e sendo a geografia uma ciência do espaço, voltada para a caracterização do espaço terrestre e a definição das formas de organização que nele se constituíram pela ação do homem, através do aproveitamento dos recursos nele contidos, o conhecimento geográfico consiste em instrumento de ação de incontestável valia nos diferentes campos do Poder Nacional, político, econômico, psico-social ou militar. Por outro lado, podendo contribuir de forma expressiva para a reorganização do espaço concretizada nos planejamentos, a Geografia participa do grupo de disciplinas que atuam no sentido do fortalecimento do Poder Nacional.

## 1 — A GEOGRAFIA CIÊNCIA DO ESPAÇO E DE SUA ORGANIZAÇÃO

### 1.1 — *Da Descrição à Explicação*

Geografia — descrição da terra — é a mais velha definição de um ramo do conhecimento de que o grande público guarda, via de regra, uma noção bastante errônea, assimilando-a a listas de acidentes geográficos, de cidades, de produções, terror dos estudantes obrigados a memorizá-las.

A geografia científica, nascida no alvorecer do século XIX, apenas em parte se enquadra em tal definição, porquanto uma das suas preocupações continua a ser a de descrever a superfície da terra e os fatos que nela têm lugar. Mas essa descrição há muito deixou de ser uma relação de fatos isolados uns dos outros. Para Humboldt, (1769 — 1859) a descrição geográfica era a descrição da ação simultânea das forças da natureza e das formas que delas resultam. Este autor, reconhecido, juntamente com RITTER, (1779 — 1859) como fundador da geografia científica, foi, como êle, absorvido pela procura das relações coerentes entre os fenômenos físicos e biológicos da superfície da terra. Ambos reconheciam que os fenômenos humanos também revelavam essas conexões, como parte de um complexo, harmonioso e integral. “Assimilavam a superfície a um vasto organismo cujas partes estão em estado de interdependência e relação mútua”<sup>1</sup>.

Ao buscar a compreensão das relações coerentes entre os fenômenos, a geografia passou a pesquisar as relações causais entre êles. Assim, nasceu a geografia científica, que deixou de ser mera descrição da terra e passou a estudar, além da distribuição dos fenômenos físicos, biológicos e humanos que ocorrem na superfície do globo, as causas dessa distribuição, as relações espaciais desses fenômenos e as conexões que entre êles se estabelecem.

Ocorrendo em uma mesma área, êsses fenômenos se combinam e conferem a essa área características próprias, constituindo aquilo que, modernamente, os geógrafos conhecem como *combinação geográfica*. “Quando se procura traduzir a realidade geográfica, chega-se à noção de combinação, de complexos, palavras que exprimem, essencialmente, fenômenos de convergência. As demais ciências

<sup>1</sup> WOOLDRIDGE S. W. e GORDON EAST, W. — *Significado y proposito de la Geografia*.

se esforçam por decompor as combinações em seus elementos simples, para considerá-los separadamente, enquanto que a geografia toma a combinação como o objeto próprio de seu estudo, procura determinar-lhe o caráter e as razões dessa convergência de elementos, sua repartição e sua freqüência na superfície do Globo”<sup>2</sup>.

Alguns princípios metodológicos norteiam o trabalho geográfico e garantem à geografia a sua individualidade como ramo do conhecimento.

A *localização* dos fenômenos no espaço e a sua *extensão* constituem uma das bases de qualquer trabalho geográfico.

Não há geografia sem a análise do suporte territorial e o próprio HUMBOLDT considerou o *princípio corológico* como o princípio unificador da ciência geográfica. Com efeito, o espaço terrestre é, por excelência, o domínio da geografia e o estudo das áreas, ou seja, das unidades territoriais, as regiões, onde se superpõem e se interrelacionam todos os fenômenos, é a própria essência do conhecimento geográfico. Daí ser este princípio da localização e da extensão a base do que veio a ser a geografia regional.

Convém, no entanto, atentar para o fato de que a simples distribuição espacial de um fenômeno ou de uma série de fenômenos não é geografia. Esta só estará presente quando, partindo dessa distribuição espacial, se chegar à análise das conexões como das analogias e quando se apreender satisfatoriamente o sentido da evolução daqueles fatos que estejam sendo analisados.

A preocupação pela *conexão* (Zusammenhang para HUMBOLDT e RITTER) corresponde o início da geografia científica. É, com efeito, nas interrelações entre os fatos que caracterizam uma área que consiste a explicação geográfica dessa área, diz-nos JEAN BRUNHES. E continua: “os traços de que se compõe a fisionomia de uma região têm o valor de um fato; mas eles adquirem o valor de noção científica se são colocados no encadeamento de que fazem arte, encadeamento este que lhes dá seu pleno significado”<sup>3</sup>.

Mas essa conexão entre fatos de ordem diversa, que se expressam direta ou indiretamente nas particularidades da fisionomia das regiões, corresponde apenas a um estágio momentâneo de uma longa *evolução*. Também conhecido como da *atividade* ou do *dinamismo*, o princípio da evolução não diz respeito, apenas, à necessidade de se recorrer ao passado para explicar o presente. Implica, também, em analisar as tendências de evolução atual e conduz o geógrafo a uma visão prospectiva. Não basta caracterizar os problemas de uma região, delimitá-la, localizá-la e identificar as combinações geográficas que aí se registram. É preciso explicar como essas combinações se originaram e evoluíram até o momento atual e, igualmente, de que forma elas tendem a se modificar no futuro, caso não se processe nenhuma interferência voluntária no sentido de sustar essa transformação.

Além disso, o geógrafo não pode esquecer de comparar esses mesmos fatos a outros análogos que ocorram em áreas diversas, pois os fatos devem ser encarados e definidos do ponto de vista de sua extensão na superfície terrestre. Somente através da aplicação desse quarto princípio, o da *analogia*, comparando os fatos observados em diversas regiões, é que o geógrafo alcança a compreensão dos grandes conjuntos e das leis gerais que regem os fenômenos. Este princípio é a base da geografia geral e, de sua aplicação, o geógrafo é levado à noção da universalidade.

Compreendidos os fundamentos do método geográfico, o *objeto da geografia* pode ser encarado de duas maneiras:

- 1 — o estudo dos processos físicos, biológicos e humanos que ocorrem na superfície da terra, sua interação e os fenômenos que dela resultam;

<sup>2</sup> CHOLLEY, A. — *Guide de l'étudiant en Géographie*.

<sup>3</sup> BRUNHES, J. — *La Géographie Humaine*.

2 — as combinações resultantes desses processos, seu papel na modificação e diferenciação do espaço terrestre, caracterizando os lugares e as áreas.

São duas óticas diferentes de apreensão dos fenômenos que ocorrem no espaço e ambas são válidas e essencialmente geográficas, desde que se prendam aos princípios gerais acima apontados. O primeiro ponto de vista caracteriza aquilo que conhecemos como *geografia geral* ou *sistemática*. Compreende a análise dos processos e dos fenômenos e, em vista disso, está bem próximo da metodologia empregada pelas ciências afins (Geologia, Hidrologia, Meteorologia, Botânica, Sociologia, etc.), de que, muitas vezes, aliás, se utiliza. Mas o ponto de vista do geógrafo é sempre peculiar, pois sua preocupação está centrada na interação entre os processos e nas conexões entre os fenômenos que, embora de natureza diversa, ocorrem combinadamente e caracterizam determinadas porções do espaço. Em lugar de revolver entre os fenômenos da face da terra à procura de sistema e de ordem, a geografia utiliza a compreensão fornecida pelas ciências dedicadas ao estudo de processos específicos e procura compreender as relações espaciais desses fenômenos.

Ao lado do conhecimento sistemático das diferentes ordens de fatos, o segundo objetivo da geografia é, pois, a compreensão da maneira pela qual esses fatos se combinam de formas múltiplas, moldando realidades complexas. Realidades essas que se traduzem no espaço pelas diferenciações regionais. Identificar as unidades regionais de diferentes escalas, caracterizá-las, reconstituir a forma pela qual elas se organizam e apreender sua evolução atual, é o objeto dessa segunda atitude metodológica, expressa através daquilo que chamamos de *geografia regional*.

Adotando-se uma ou outra atitude metodológica, conforme se encarem os fatos sob o ponto de vista sistemático ou regional, a geografia tem como domínio a totalidade do espaço terrestre. E assim dizendo, espaço terrestre, não incluímos apenas a superfície de contato da massa continental e oceânica com a atmosfera.

No âmbito desse espaço terrestre, inclui-se ampla faixa que abrange, a um tempo, camadas superficiais da crosta, os oceanos e a atmosfera. É a faixa onde as grandes massas sólidas, líquidas e gasosa se interpenetram, aquela que, sendo teatro de complexas interações entre processos físicos e biológicos é, também, caracterizada pela presença do homem, ou por ele utilizada com fins diversos.

Assim, a circulação atmosférica, sobre a qual atuam, entre outros fatores, a distribuição dos continentes e dos mares e o relevo continental, é elemento fundamental na gênese dos climas, os quais, por sua vez, agem sobre a litosfera, a hidrosfera e os seres animados.

Das interações que têm lugar no espaço terrestre, assim concebido, resultam combinações geográficas distintas, elaboradas a partir de um *meio*, o ambiente decorrente do conjunto de condições que ocorrem em cada fração desse espaço.

A vastidão do domínio da geografia — o espaço terrestre — alia-se, pois, a sua complexidade. E tal complexidade decorre do fato de que aí se processam conjugações de fenômenos físico-químicos com fenômenos biológicos, a elas se acrescentando as conjugações que ocorrem entre esses e os fenômenos de natureza social e econômica.

Como ciência do espaço, a geografia tem campo comum a várias outras ciências, da natureza e do homem. Mas difere de todas elas porque, ainda que se apoie na análise dos processos e dos fenômenos, esta análise apenas representa um ponto de partida e não um fim. Seu objetivo é muito mais o conhecimento das conseqüências e das conexões dos fenômenos do que o conhecimento destes fenômenos em si mesmo<sup>4</sup>. E o geógrafo, buscando esclarecer as combinações geográficas, é, necessariamente, um homem de síntese, aquele que, mesmo ao

<sup>4</sup> GEORGE, P. — *La Géographie Active*.

analisar os fatos aparentemente simples, está sempre à procura das suas relações de dependência face a outros fatos. Apreendendo os processos e os mecanismos, as combinações e seu dinamismo, o geógrafo, quando atenta especialmente para um grupo de fatos, não pode esquecer que esse estudo só interessa como um elo dentro de um conjunto, no tempo como no espaço.

Norteadas por estes princípios clássicos, desenvolveu-se, portanto, uma geografia explicativa que deslocou a geografia meramente descritiva. Sem dúvida, a velha definição de geografia, descrição da terra, foi irremediavelmente ultrapassada. Adquirida plena maturidade científica, acumulada enorme soma de conhecimentos, expressa em obras muitas vezes magistrais, como a que nos ofereceu a escola francesa no campo da geografia regional, a geografia volta-se, agora, para novos rumos.

### 1.2 — *Da Explicação à Atitude Ativa*

Nos últimos vinte anos, um verdadeiro sopro da renovação científica se fez

sentir, em decorrência de uma tomada de consciência, da parte dos geógrafos, como de muitos outros especialistas. Tomada de consciência imposta pelos problemas decorrentes de uma organização do espaço defeituosa, os quais estão a requerer a intervenção deliberada dos grupos humanos nêle envolvidos. O objetivo é transformar, remodelar o espaço, com o fim de alcançar um desenvolvimento harmônico, de modo mais rápido possível.

A geografia, em vista disso, deixou de se voltar apenas para uma investigação desinteressada. Procura, agora, sem abandonar tal preocupação, puramente científica, colocar esses seus conhecimentos a serviço de um objetivo eminentemente útil e participar da procura de um critério de ação que leve a formas mais equilibradas de organização do espaço.

Como o corolário desta tendência, a própria concepção da geografia como ciência se renova. A definição clássica de DE MARTONNE (A geografia estuda a repartição na superfície da Terra dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas desta repartição e as relações locais entre estes fenômenos)<sup>5</sup>, superpõe-se, então, uma nova concepção, da geografia como sendo a ciência do espaço e de sua organização, ou bem, da geografia como o estudo das formas de organização do espaço pelo homem.

Desde o início da geografia científica, o homem e suas ações fazem parte dos fenômenos estudados pela geografia. Entretanto, o estudo dos grupos humanos se prendia, fundamentalmente, à análise do condicionamento imposto ao comportamento humano pelas condições naturais — o meio. Apreender as relações homem-meio, identificar o grau de influência das condições naturais sobre todos os aspectos da vida humana, foram as principais preocupações da geografia humana até data bastante recente.

Essa preocupação serviu de base aos exageros da doutrina determinista, que pretendeu traduzir em leis gerais as relações de subordinação do homem em relação ao meio. Mas essa ênfase nas relações homem-meio também está presente na obra daqueles que se colocaram em oposição ao determinismo geográfico, defendendo o que veio a ser chamado de possibilismo. Os fatos sociais e econômicos, em suas interações com os fatos de outra natureza, foram sendo sucessivamente estudados, mas a ênfase no seu condicionamento pelo meio natural foi até recentemente a tônica dos estudos de geografia humana, por vezes, aliás magistrais. Para CAMILLE VALLAUX, por exemplo, o homem era parte do domínio da geografia mas, apenas na medida em que está sujeito às influências do meio físico, ou que opera transformações materiais na superfície da terra<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> DE MARTONNE, E. — *Traité de Géographie Physique*.

<sup>6</sup> VALLAUX, C. — *Les Sciences Géographiques*.

Sem dúvida, a geografia, assim concebida, é uma ciência do espaço, dedicada ao estudo de todos os fatos que se distribuem e se combinam na superfície da terra. Todavia, na procura das relações causais entre os fenômenos, ela muitas vezes se prendia, fundamentalmente, ao estudo das condições naturais e, quando se interessava pelo homem, visava, antes de mais nada, definir a influência sobre ele exercida por essas mesmas condições naturais.

VIDAL DE LA BLACHE afirmava que "o homem está a desempenhar, mais e mais, o papel de causa e não o efeito"<sup>7</sup> mas, mesmo em sua obra, a ênfase nas relações homem-meio revela a persistência desse tema central.

Aliás, alguns autores têm visto nesse tema o fundamento da unidade da geografia e ainda hoje há quem considere que, sem a aceitação de um certo determinismo, a geografia perde, a um tempo, sua unidade e sua originalidade<sup>8</sup>.

A mesma ênfase nas condições naturais e nas suas repercussões sobre a distribuição dos grupos humanos e suas atividades pode ser constatada na maioria dos trabalhos de geografia regional.

Também a geografia regional, por longo tempo, se apoiou, primordialmente, nos dados da geografia física e as regiões naturais eram quase sempre tomadas como base para êsses estudos. Embora fôsse admitida a existência de regiões culturais — forjadas em conseqüência da atuação do homem sobre o meio natural original — a caracterização regional se apoiava, via de regra, na região natural. Muitos hoje consideram que a região natural, própria dita, já não existe, em face das interferências do homem, e que apenas se pode reconhecer regiões geográficas, caracterizadas por determinadas formas de combinação de fatos físicos, biológicos e humanos. Mas, ao enfrentarem a necessidade de identificar e delimitar essas regiões geográficas, ainda tomam por base, com freqüência, as condições naturais.

Nos anos recentes, entretanto, essa visão da geografia vem se modificando. O Homem passa a ocupar um lugar cada dia mais importante nas preocupações dos geógrafos, voltados para a compreensão de um espaço onde o papel da ciência e da técnica cresce dia a dia, reduzindo a influência das injunções do meio e dando foros de verdade à afirmação, já citada, de VIDAL DE LA BLACHE, de que o homem mais e mais se torna causa e não efeito.

A geografia que estudava o espaço e sua organização pelo homem, ainda que com ênfase no condicionamento homem-meio, passa a focalizar mais diretamente o homem. O lugar reservado ao estudo do homem e à sua atuação na estruturação do espaço, vem se ampliando dia a dia.

Expandem-se os ramos da geografia sistemática dedicados diretamente ao estudo do homem (geografia da população) e de sua atividade (geografia agrária, geografia das indústrias, do comércio, dos serviços, do consumo, geografia urbana, etc...), Paralelamente, desenvolvem-se os ramos da geografia física ou biológica e nelas assumem papel importante os temas de maior interesse para a racionalização das atividades dos grupos humanos tais como, evolução das vertentes, aceleração da erosão por ação antrópica, estudos de pastagens, de recursos naturais e vários outros.

Simultaneamente, as preocupações da geografia regional vêm se modificando. Em um mundo essencialmente agrícola, o papel do quadro natural condicionando as combinações agrárias é quase sempre o elemento fundamental de individualização das pequenas regiões. Essa mesma ordem de influências se fazia sentir nas unidades regionais, maiores, marcadas nitidamente pelas grandes unidades climático-botânicas, ou bem, pela influência do relevo e da estrutura.

Sem negar a importância das regiões referidas, áreas de características homogêneas, moldadas sobre uma base espacial dotada de determinadas con-

<sup>7</sup> LA BLACHE, V. — Citado por P. CLAVAL, — *Essai sur l'évolution des la Géographie Humaine*.

<sup>8</sup> PINCHEMEL, P. — "*Géographie et Déterminisme*".

dições naturais, de vital importância na gênese dessas mesmas unidades regionais, a geografia vem reconhecendo, nas últimas décadas, a existência de um novo tipo de região. Sobre as velhas regiões, geradas por uma ocupação muitas vezes secular, com base num quadro natural dotado de tais ou quais características, novas regiões se originaram a partir do momento em que a vida de relações se ampliou, em decorrência da influência poderosa do fato industrial. À industrialização se deve o crescimento das cidades, a ampliação e o reforçamento de sua influência sobre as áreas circundantes, as quais, em função dos estímulos dela oriundos, da intensificação da circulação e dos fluxos, passam a se modificar, estruturando-se em novas bases. A maior ou menor distância das grandes cidades e as possibilidades de acesso rápido às mesmas passam a ser fatores da maior importância na organização do espaço e quando a cidade exerce plenamente sua força polarizadora, se processa um verdadeiro remodelamento desse espaço.

A influência poderosa dos grandes mercados se alastra a regiões por vezes distantes, onde se originam novas combinações e novas regiões, criando-se, assim, espaços econômicos complementares.

As regiões passam a ser encaradas, portanto, sob novo prisma. Ao interesse pelas regiões geográficas, de caráter essencialmente homogêneo, pois se fundamentam no domínio, em toda sua extensão, de determinadas características naturais ou humanas, soma-se agora a preocupação pela identificação das regiões polarizadas, estruturadas em torno de focos de onde se irradiam os estímulos de renovação e transformação das áreas circundantes. As áreas definidas por sua vinculação a um mesmo foco polarizador constituem esse novo tipo de região, que está a suscitar o interesse do geógrafo.

Mais uma vez, sente-se aqui a ênfase da geografia moderna nos problemas da organização do espaço, a regionalização sendo a própria estrutura dessa organização. Em contraposição à região geográfica homogênea, de que o condicionamento homem-meio é a base, a região polarizada, embora também acuse as implicações decorrentes das condições naturais, é região essencialmente humana, estruturada em função do adiantamento da técnica e da projeção da civilização industrial.

Também no estudo regional, portanto, a geografia moderna dá ênfase, atualmente, ao homem.

A tal ponto essa tendência para uma ênfase no estudo do Homem vem se afirmando que, para muitos, a geografia tem como objetivo fundamental não o estudo do espaço, mas o estudo da organização do espaço pelo homem. Ausente o homem ou sua influência, inexistente qualquer utilidade para o homem ou qualquer condicionamento que sobre ele venha a influir, não se trata mais de geografia, é o pensamento de PIERRE GEORGE, um dos mentores da geografia francesa da atualidade. Para GEORGE, o espaço, campo da geografia, é todo espaço que é meio de vida ou fonte de vida ou indispensável para se alcançar um meio de vida ou uma fonte de vida<sup>9</sup>.

“Procurando colocar o homem como o centro de suas atenções, a Geografia encara as condições naturais não tanto como fatos em si mas como características do espaço ocupado pelo homem. Desta maneira, sem abandonar seus princípios metodológicos clássicos, talvez mesmo reforçando-os, a Geografia, nos dias atuais, procura compreender a superfície da Terra como o resultado da organização do espaço pelo homem. Organização na escala global como na escala continental, regional e local; organização não tanto política, mas sobretudo de ordem social e econômica. Organização que nada tem de estática, que é dinâmica”<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> GEORGE, P. — *La Géographie Active* — Paris — 1964.

<sup>10</sup> BERNARDES, Nilo — *Geografia e Planejamento* — Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, n.º 109.

Esse estudo geográfico voltado para a organização do espaço pelo homem pode proceder de uma atitude contemplativa, exclusivamente preocupada com o conhecimento, ou de uma atitude ativa, interessada na procura de um critério de ação. Assim, ao lado da ênfase nos fatos humanos, sociais ou econômicos, e no seu condicionamento, vemos crescer entre os geógrafos a preocupação com a identificação dos problemas e o encaminhamento das soluções, visando melhor e mais equilibrada organização do espaço.

## 2 — AS CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O GRAU DO PODER NACIONAL

Sendo a geografia voltada para o estudo de tôdas as características do espaço e de suas formas de organização, na escala mundial como na escala continental, nacional, regional ou local, o estudo geográfico tem como um de seus temas aquêle relativo ao território de um estado-nação, ao *Raum* da geografia política alemã. Indiscutivelmente, ao serem analisadas as pontencialidades de um país, ao ser avaliado o Poder Nacional, esse é um tema sempre focalizado e à geografia cabe fornecer elementos básicos para esse enfoque.

O território de um estado-nação exprime a existência física dessa entidade jurídica, administrativa e política que é o espaço político. Espaço êste que pode ser caracterizado de diferentes modos. Como massa coerente, êle é dotado de uma determinada extensão e de uma forma e, por outro lado, êle goza de uma determinada posição, característica mais complexa e instável, porque de relação. Essas são, a bem dizer, as características formais do espaço.

Entretanto, esse mesmo espaço não tem valor apenas por sua extensão, forma, ou, mesmo, por sua posição. O valor de um território decorre, também, de suas formas de organização, e esta também tem fundamentos em outras características do espaço, algumas prêsas às condições de ordem física, outras de caráter social ou econômico, decorrentes da evolução histórica do Estado considerado. As características formais, superpõem-se, portanto, outras características, diríamos estruturais, que constituem, a rigor, o potencial geográfico do espaço considerado.

### 2.1 — *Características Formais do Espaço*

Como características inerentes ao espaço, no plano geométrico, arrolam-se a extensão e a forma.

A *extensão* de um território é elemento que, forçosamente, se deve considerar ao avaliar o Poder Nacional, em face de suas implicações no campo econômico, como no campo político e estratégico. A grande extensão proporciona maiores possibilidades de variação nas condições naturais que vão condicionar os recursos e, conseqüentemente, u'a multiplicidade de formas de ocupação. A grande extensão de um território proporciona, em vista disso, mais amplas perspectivas de desenvolvimento econômico, a variedade dentro do conjunto estimulando as trocas e permitindo aos grandes polos da vida econômica do país mais amplo raio de ação. Ela comporta, igualmente, grande massa de população.

Implicando em maiores possibilidades de desenvolvimento, da grande extensão resulta a eventualidade do exercício de maior Poder. Cabe aqui distinguir os casos da grande extensão contínua de um mesmo estado-nação e a extensão dos impérios coloniais, através dos quais as grandes potências européias procuravam contrabalançar a sua pequena dimensão. Elas visavam garantir o exercício da soberania política sôbre espaços complementares, os quais, modernamente, se constituem apenas pelo exercício da influência econômica. Desne-

cessário se torna lembrar a estabilidade muito maior do Poder apoiado na continuidade da grande extensão do espaço do estado-nação.

A massa territorial contínua pesa, pois, de modo expressivo na potencialidade de um país, no campo econômico como no campo político.

Fácilmente se compreende que este conceito tenha sofrido variações históricas. O século XX alvoreceu com as grandes potências mundiais (Grã-Bretanha, França, Alemanha, etc.), caracterizadas pela constituição de impérios coloniais fragmentados, originados com o apoio de um território metropolitano, o qual, no modo de entender atual, se caracteriza por pequenas dimensões. As potências de agora (Estados Unidos, União Soviética), as que ensaiam para entrar em cena (China, Canadá) e aquelas em potencial (Brasil, Índia), têm apoio na continuidade territorial do seu espaço político. Não é sem razão que o reaparelamento das potências européias como peças de equilíbrio no quadro das superpotências somente se poderá consumir com uma gradativa integração espacial, tanto econômica, como política e territorial.

Não se pode esquecer, no entanto, que a grande extensão não significa apenas maior variedade e maior volume de riquezas a explorar, ou maior capacidade demográfica. A grande dimensão se traduz, também, pelas longas distâncias a vencer. E estas resultam sempre em problema, que se agrava sobremaneira quando se trata do espaço de uma nação subdesenvolvida, ou mesmo, em vias de desenvolvimento, ainda não dotada de uma infra-estrutura satisfatória, como é o caso do Brasil. No domínio dos transportes e das comunicações, as distâncias a vencer constituem grave inconveniente. Mesmo quando vencidas, elas elevam os encargos com os meios e as vias de transporte, que, por servirem, muitas vezes, a espaços fracamente ocupados, permanecem subutilizados.

Da mesma maneira, para uma nação que luta pelo desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, a grande massa territorial se traduz em poderoso obstáculo, quando os esforços e os recursos empregados no sentido de promover melhor e mais racional organização do espaço têm que ser dispersados, a fim de atender aos reclamos de várias regiões, via de regra afastadas dos focos principais da vida nacional. Trata-se, muitas vezes, de regiões que, por motivos múltiplos inclusive de segurança nacional, estão, exatamente, a requerer melhor integração econômica no espaço político de que fazem parte. Podem ser, como no caso de certas partes da Amazônia, áreas subeconômicas, já voltadas para a economia mundial, que fazem parte do espaço econômico da nação, mas são ainda exploradas da forma mais primitiva, abrigando uma população extremamente dispersa e em certos casos temporária. Outras vezes, ao contrário, são regiões de ocupação tradicional, em que a cristalização das velhas estruturas aliou-se a outros fatores para acentuar os problemas do subdesenvolvimento, como é o caso do Nordeste. São, portanto, problemas que se multiplicam, em decorrência da grande dimensão e, em vista disso se agravam. Basta lembrar, a guisa de exemplo, que a Amazônia legal abrange 4 981 950 quilômetros quadrados e a área da SUDENE outros 1 605 974.

Certamente foi tendo em vista problemas dessa natureza que JEAN GOTTMANN<sup>11</sup>, ao analisar o significado da extensão de um estado-nação, alerta que somente ao comparar Estados de igual grau de civilização é que se pode considerar favorecido aquele de maior dimensão. Em última análise, trata-se, mais uma vez, da compreensão destes fatos à luz da situação conjuntural. Mas, ao referir essa equivalência de graus de civilização, já se está abandonando a visão puramente dimensional do espaço, que passa a ser considerada pela diferenciação em sua organização.

A *forma* ou *conformação* do espaço ocupado pelo estado-nação é outra característica de importância na qualificação desse espaço. Muitas considerações

<sup>11</sup> GOTTMANN, J. — *La Politique d'Etats et leur Géographie*.



têm sido feitas sobre as vantagens da forma compacta sobre a forma alongada, por demais recortada ou descontínua, com suas repercussões, entre outras coisas, sobre a extensão de fronteiras e a dificuldade de acesso entre as diferentes partes do país.

Na verdade, quando, no interior do espaço considerado, subsistem grandes áreas de vocação anecumênica, por razões climáticas ou outras, uma forma compacta pode não se traduzir pelas vantagens apontadas acima. É o mais expressivo o exemplo do Canadá: uma longa faixa habitada, entre a fronteira dos Estados Unidos e o Grande Norte, anecumênico ou subecumênico, em razão do frio excessivo. Essa observação nos faz lembrar o Brasil de vinte anos atrás, em que as relações entre as diversas partes se procesavam por via periférica, por falta de vias interiores e em decorrência da muito baixa densidade de ocupação, fora da faixa de, no máximo, 500 km de distância do litoral.

Ambas essas características do espaço-forma e dimensão vêm perdendo uma boa parte de seu significado num mundo em que a técnica reduz as distâncias para a maior parte das relações, onde a técnica permite sistemas de produção e multiplica os produtos sintéticos, onde a técnica cria novas condições de habitabilidade.

Mesmo a validade política destes atributos está, em grande parte, condicionada ao modo como o território considerado se comporta em relação aos demais. Com efeito, entre as qualificações do espaço, alinha-se um outro elemento, de importância primordial, a sua posição geográfica. Esta, contudo, não é uma característica intrínseca do espaço, uma vez que decorre do estabelecimento de uma relação entre aquele espaço que está sendo focalizado e outras áreas.

A posição é a característica mais geográfica de um território formalmente considerado. É, também, a mais importante, porque é ela que define o sistema de relações situando o território, esse compartimento do espaço, em relação a outros compartimentos com os quais existem comunicações diretas ou não<sup>12</sup>.

Ao abordar a análise da posição geográfica de um espaço determinado, convém não perder de vista o fato de que ela tem sempre um significado que lhe é exclusivo. Pode ser comparada à de outros estados, pode ser análoga ou não, mas não será nunca igual, pois decorre de uma conjugação de fatores que sempre resultam diferentemente em cada caso.

Por outro lado, é importante ressaltar, o elemento posição é essencialmente dependente da conjuntura histórica. Podemos dizer que se trata do resultado direto da intersecção das características geográficas com a evolução histórica.

A posição terá significação diferente cada vez que intervierem modificações na rede de relações de que ela participa. Ora, isso se produz com frequência, independentemente da qualificação do próprio território. A posição de um espaço, em vista disso, só pode ser definida em relação a um momento determinado. Apenas naquilo em que ela depende de dados permanentes, que se apoiam em condições naturais imutáveis, é que ela tem uma significação mais estável. Mesmo assim, convém lembrar, o homem pode alterar sensivelmente esses valores. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a abertura do canal de Panamá, alterando valores de posição que pareciam permanentes.

É necessário se distinguir, claramente, quando se trata de examinar os efeitos políticos ou os efeitos econômicos da posição. Mas, de qualquer modo, a posição geográfica de um espaço é afetada por um grande número de fatores, dentre os quais alguns, como vimos, têm um caráter estável. É o caso da repartição das terras e dos mares, como das implicações decorrentes da posição astronômica, em particular a influência da latitude. Outros fatores, que marcam fortemente a posição geográfica de um espaço, dizem respeito não mais a fatos

<sup>12</sup> GOTTMANN, J. — Obra citada.

de natureza física, mas a condicionamentos criados em decorrência da diferente evolução da cultura e da técnica, nas diversas partes do mundo e em decorrência da atual organização política e econômica dessas mesmas partes.

Muito se tem escrito sobre os fatores, de base física, que afetam a posição geográfica de um espaço, em particular sobre a repartição das terras e dos mares. O simples acesso ao mar é, sem dúvida, elemento de valorização de uma posição. As vantagens políticas e estratégicas da posição insular como do comando de estreitos ou istmos também sempre foram salientadas.

Mas essa posição em relação aos continentes e oceanos não tem significação apenas dos pontos de vista político e estratégico. Lembremos, à guisa de exemplo, as implicações profundas na estruturação do potencial de um espaço decorrentes das diferenciações climáticas causadas por essa mesma relação, repartição das terras e dos mares. São diversas as condições geográficas de um país situado em um continente de grande massa territorial, como a Ásia, ou de pequena massa, como a América do Sul. São, também, diversas as condições climáticas em um país situado no interior de um continente ou banhado pelo oceano, naquele que se encontra na fachada ocidental ou na fachada oriental de um mesmo continente. Na explicação desses fatos, de profunda repercussão no potencial de um espaço e nas formas de organização do mesmo, entra em pauta todo um complexo jogo de forças, decorrente das leis que regem a circulação atmosférica.

A posição em relação à repartição das terras e dos mares prendem-se, também, as maiores ou menores facilidades de contato com os grandes focos de civilização e com os grandes mercados mundiais.

A análise da posição geográfica deve levar em conta, igualmente, o condicionamento criado pela posição astronômica. Banhados pelo mesmo oceano, a distâncias equivalentes e em demais condições também análogas, dois territórios terão potencialidade diversa em decorrência de sua posição astronômica. E assim dizendo, posição astronômica, reportamo-nos ao condicionamento criado pela situação no hemisfério boreal ou austral como àquele decorrente da maior ou menor latitude.

É da maior relevância para o grau do Poder Nacional a qualificação do espaço pela sua posição astronômica no que diz respeito à latitude.

Ninguém desconhece a enorme diversidade existente entre as terras situadas nas baixas latitudes — o mundo tropical — e as regiões temperadas ou frias, particularmente extensas, aliás, no hemisfério norte. A expressão regiões tropicais ou equatoriais traz ao espírito a idéia de calor e umidade e muitos pensam serem esses os únicos problemas decorrentes da tropicalidade. Sem dúvida, são a própria essência de muitos desses problemas, mas sua repercussão na realidade geográfica é muito mais ampla.

Calor e umidade se fazem sentir diretamente sobre o organismo humano, mas seus efeitos indiretos são ainda mais importantes. Mesmo sem incorrer nos exageros, tão freqüentes, a respeito das dificuldades da instalação humana nos trópicos, não podemos deixar de referi-las, embora, nos dias de hoje, os recursos da técnica e da profilaxia — infelizmente nem sempre disponíveis — reduzem de muito a sua importância.

A lembrança de calor e umidade provocada por qualquer referência a regiões tropicais, associa-se, igualmente, a idéia de floresta densa e abundância de recursos naturais. Sem dúvida, onde as chuvas são abundantes, a umidade e o calor permitem a formação de florestas as mais luxuriantes, mas essas mesmas chuvas também são responsáveis pela pobreza generalizada dos solos agrícolas tropicais em decorrência da intensa lixiviação.

Esse mundo tropical, no entanto, não comporta apenas regiões quentes e úmidas recobertas de florestas, mais características da faixa propriamente equatorial. Extensas áreas intertropicais acusam condições totalmente diversas,

por nelas ocorrer, em oposição a uma estação chuvosa nem sempre longa, uma extensa estação seca, via de regra rigorosa. Aí se desenvolvem formações vegetais abertas, próprias para a criação de gado, mas essas pastagens, marcadas pela sua tropicalidade (no caso, a estação seca muito pronunciada), não podem ser comparadas às pastagens naturais das latitudes médias, pois perdem seu valor nutritivo no período da estiagem, em prejuízo do gado que delas se alimenta.

Muitos outros problemas ligados à tropicalidade poderiam ser aqui lembrados. Apenas pretendemos, no entanto, com as referências acima, frisar a importância da posição astronômica de um espaço, na qualificação do mesmo.

Ao referir os diferentes fatores que influenciam a posição geográfica de um determinado espaço, é preciso fazer lugar para a situação do mesmo em relação aos grandes blocos econômicos mundiais ou em relação às grandes regiões culturais do mundo. Do mesmo modo, é forçoso reconhecer o significado diverso desse espaço em face de sua posição no grupo das nações desenvolvidas ou subdesenvolvidas e, nesse último caso, o valor de sua proximidade ou de seu afastamento em relação às nações desenvolvidas que comandam a vida econômica mundial. As repercussões da posição, assim encarada, em relação a dados que variam conforme a conjuntura histórica e que não se fundamentam em fatos de natureza física, nem por isso são menos importantes para a determinação do grau do Poder Nacional, nas suas implicações políticas como nas suas consequências de ordem econômica ou social.

## 2.2 — O Potencial Geográfico do Espaço

As características acima apontadas, inerentes ao espaço ou resultantes do relacionamento do espaço ocupado pelo estado-nação com o conjunto do globo terrestre, os continentes, e o espaço abrangido por outros Estados, são fatores de primeira importância na qualificação desse mesmo espaço e atuam diretamente na sua potencialidade.

Todavia, ao analisar o potencial do espaço, já não cuidamos apenas desse espaço abstrato, referido unicamente por definições geométricas. Trata-se de um espaço real, diríamos mesmo, vivo, que se define por outras propriedades e seu potencial decorre de três componentes, intimamente associados: as condições físicas, os recursos naturais disponíveis e o efetivo humano que nele habita e opera.

A importância dos elementos do meio físico, como dos recursos naturais, para o grau do Poder Nacional, tem sido seguidamente salientada ao serem analisados os fundamentos geográficos do Poder Nacional em conferências aqui pronunciadas em anos anteriores.

Seria fastidioso lembrar o papel desempenhado pelo litoral, pelo relevo e pela hidrografia, bem como pela cobertura vegetal e até mesmo pelas condições climáticas, influenciando sobre a evolução dos povos e sua constante atividade, bem como favorecendo ou dificultando o desenvolvimento econômico e social. Por vezes, estes elementos naturais constituem poderosos obstáculos que moldam o sentido da evolução do grupamento humano. É por demais conhecida e, certamente, tem sido aqui muito debatida, a famosa teoria de ΤΟΥΝΒΕΕ, de interpretação da história universal, segundo a qual condições hostis estimularam os povos a superar a adversidade, mediante o acúmulo de técnica, levando-os ao desenvolvimento da civilização. Assim aconteceu com as civilizações clássicas que desenvolveram a técnica do aproveitamento da água em zonas áridas ou semi-áridas. Assim aconteceu com a marcha da civilização européia para o norte frio e pantanoso.

No exame do papel das condições naturais, tem sido muito citado o exemplo dos Estados Unidos, cuja evolução social e territorial teve duas fases bem nítidas, marcadas pela transposição do obstáculo geográfico representado pelos Apalaches. Durante toda a fase colonial, a população, contida pelas montanhas,

adensou-se e constituiu uma sociedade de características peculiares. Vencida a barreira apalachiana, as vagas povoadoras derramaram-se à maneira de uma mancha de óleo, por um imenso espaço plano, bem favorecido em solos e águas. O caráter continental dêste exemplo contrasta com as características francamente periféricas da evolução australiana, onde os imensos desertos centrais invalidam, de modo nítido, a vantagem da dimensão do espaço disponível.

A apreciação dos fatos naturais como condicionadores da evolução dos grupos humanos se confunde, muitas vezes, com a avaliação dos recursos naturais à disposição dêstes mesmos grupos para garantir a sua manutenção e assegurar o seu progresso. O estudo dos recursos naturais mobilizáveis em determinado espaço é, hoje em dia, uma preocupação constante. Sua avaliação, por um lado, e sua conservação, por outro, são meios de que se valem os planejadores para assegurar um desenvolvimento mais rápido e mais harmonioso.

Não podemos deixar de enfatizar o que pode significar, para o futuro dos povos, o conhecimento, o mais real possível, das possibilidades oferecidas pelos recursos que o espaço à sua disposição encerra. Por outro lado, algumas áreas cujas condições geográficas significam adversidade, dentro das possibilidades humanas atuais, são ricas de promessas, pelos recursos naturais de que são dotadas. A Amazônia brasileira é um dos mais belos exemplos a êste respeito. A Sibéria, por sua vez, é uma lição magnífica da verdade dessa assertiva.

Uma das grandes aquisições para o domínio consciente do processo de desenvolvimento econômico e social dos povos é a noção de que, se os recursos do espaço considerado não são renováveis, como é o caso da riqueza mineral, podem e devem ser racionalmente utilizados, enquanto que os chamados recursos naturais renováveis (florestas, águas, vida selvagem) comportam uma conservação e um aproveitamento de tal modo entrosados, que podem vir a multiplicar extraordinariamente as possibilidades oferecidas aos grupos humanos.

É desnecessário demonstrar, em se tratando de fatos que tão de perto interessam ao campo geográfico, que a contribuição da geografia para a avaliação e a conservação de tais recursos assume um significado sobremodo especial. Uma ênfase maior desejamos aqui conferir ao efetivo humano que utiliza êsses recursos, ou os dilapida, que se adapta às condições do meio natural, transforma-o profundamente e cria novas paisagens e nôvo meio. Não se pode negar a relevância dos fatores físicos e nunca será demais salientar o valor dos recursos naturais, mas a importância do papel desempenhado por êsses elementos varia de acôrdo com a capacidade do grupo humano, suas aptidões, seu grau de civilização e de técnica, sua participação maior ou menor na economia mundial. Os recursos podem permanecer inexplorados e as injunções do meio físico dominadoras, se o grupo humano não tiver condições de organizar o espaço, de modo harmônico e racional, e de torná-lo propício à expansão de suas atividades. Ao contrário, através do trabalho acumulado e do recurso à ciência e à técnica, o homem torna-se um elemento de valorização e de renovação do potencial de um espaço. Em condições naturais equivalentes e recursos também equivalentes, dois espaços distintos poderão possuir uma significação muito diversa, se opostas forem as qualificações dos grupos humanos, responsáveis pelas formas de organização nêles implantadas. Graus de complexidade diferente na ocupação correspondem a distintas formas de organização, desde as mais simples às mais complexas, resultando numa transformação crescente daquele meio original, que espelhava o complexo das condições naturais e de seus recursos.

O estudo do Homem como um dos componentes do potencial de um espaço, é, portanto, fundamental. Tal análise não deverá ser apenas uma pesquisa puramente demográfica, desvinculada da compreensão do espaço em que o grupo humano vive e que êle próprio contribui para estruturar. Êsse estudo do potencial humano do espaço deve ser calcado numa análise geográfica, em que

o grupo humano seja, a cada passo, encarado como um dos componentes do espaço, influenciado êle próprio em seu comportamento, pelos demais elementos dêsse mesmo espaço de que êle é um agente transformador.

Não é, portanto, pela análise sucessiva, em caráter somatório, de cada um dos elementos que determinam o potencial de um espaço, que se chega à sua melhor compreensão. Para a completa apreensão da realidade, que é sempre variada e complexa, é imprescindível, portanto, uma visão combinada dêsses elementos, em determinado espaço ou fração de espaço. Essa visão, eminentemente sintética, só através da geografia regional pode ser alcançada, uma vez que a geografia regional tem por fim, justamente, o estudo das áreas e de suas diferentes formas de organização.

Por outro lado, convém lembrar que, assim como isolar os elementos de um espaço prejudica a compreensão global do mesmo, isolar as unidades de área também levará a uma visão errônea da realidade. Ao analisar o potencial de um espaço, o geógrafo não poderá perder de vista que cada uma das unidades regionais nêle contidas se combina com as demais, que a solidariedade entre as partes faz do espaço um todo ininterrupto e coerente.

### 3 — A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO COMO MEIO DE FORTALECIMENTO DO PODER NACIONAL

#### 3.1 — *Reestruturação do Espaço e Desenvolvimento*

Diferentes níveis de complexidade da ocupação do espaço relacionam-se a diferentes graus de complexidade nas transformações dêsse espaço. Tôda uma imensa variedade de formas de organização do espaço pode ser reconhecida, desde as mais simples e primitivas até as mais complexas e evoluídas. Sem dúvida, acompanhando a marcha da civilização, as formas de organização do espaço se foram modificando e as mais primitivas cederam lugar às formas cada dia mais complexas, que são a imagem da civilização urbana e industrial do século XX.

Todavia, mesmo nos países que foram os propulsores dessa evolução, subsistem contrastes entre as diferentes formas de organização do espaço. Desequilíbrios antigos se agravam e novos surgem. Bastaria lembrar a oposição entre o norte da Itália e o Mezzogiorno, o desequilíbrio entre a região industrial do Nordeste dos Estados Unidos e o velho Sul, para não alongarmos os exemplos, que nos levariam a citar quase todos os países desenvolvidos, todos êles possuidores, de certas regiões onde ainda dominam formas mais ou menos arcaicas de organização do espaço.

O que dizer, então, dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, onde, lado a lado, coexistem formas as mais primitivas de organização do espaço e formas as mais complexas, que são como excrescências num espaço ainda fundamentalmente pouco desenvolvido. Tais desequilíbrios se traduzem na agricultura primitiva e num extrativismo desordenado, que permanecem ao lado de implantações industriais e de grandes cidades, na favela dentro da metrópole e em muitos outros aspectos chocantes que, justamente, são a nota característica da organização do espaço no mundo subdesenvolvido.

Todos êsses desequilíbrios, nos países já desenvolvidos como nos chamados subdesenvolvidos, estão a requerer correção, numa época em que a técnica o permite e a explosão demográfica o está a exigir, numa época em que não se compreende e não se aceita mais a dilapidação sistemática dos recursos e a improvisação das soluções.

A conscientização do desenvolvimento econômico e social originou os primeiros planejamentos, mas um desenvolvimento pleno não visa apenas alcançar determinadas metas econômicas. Desenvolvimento pleno, integral e harmônico se

traduz, necessariamente, em uma verdadeira reestruturação do espaço, através da modificação de usos e da reformulação das atividades nêle desenvolvidas, através da busca de um equilíbrio entre as várias porções do espaço considerado, ou seja, entre as regiões que o compõem.

Reconhecendo que transformar ou reorganizar o espaço e tôdas as atividades que nêle têm lugar, no sentido de torná-lo mais propício às atividades e necessidades humanas e de elevar permanentemente o nível de vida das populações, é o objeto final dos planejamentos, somos levados a aceitar que, executar um planejamento, global ou regional, é, a bem dizer, fazer uma nova geografia. Aplicado a uma parte da superfície da terra, um plano introduz novos fatores geográficos e origina novos aspectos na paisagem. Por outro lado dese- jamos mais uma vez lembrar que um plano econômico, seja qual fôr sua natureza, parte de uma realidade concreta que é o conhecimento racional do espaço, dos condicionamentos que êle sofre, dos recursos que êle oferece e do efetivo humano que êle suporta.

### 3.2 — A Geografia na Reestruturação do Espaço

Sendo a geografia a ciência que estuda a organização do espaço pelos grupos humanos e sendo o planejamento uma intervenção deliberada no sentido de reformar, ou melhor, reestruturar êsse espaço, não se pode negar o valor do papel que a geografia tem a desempenhar na concepção dos planejamentos.

“A contribuição da Geografia para o planejamento decorre do fato de ser ela a ciência que procura, exatamente, apreender e interpretar a combinação de fatos em determinado ponto da superfície do Globo, e de como distintas combinações ocorrem caracterizando o espaço geográfico considerado. Ela considera, como um todo, de um lado as características naturais, sem ser própria- mente uma ciência natural, e de outro as características culturais, não sendo considerada puramente uma ciência social. Além de ser um ponto de vista original, o método geográfico ofecere uma abordagem regional (*regional approach*) no estudo de problemas de desenvolvimento sócio-econômico, na mobilização dos recursos naturais e humanos e no arranjo das atividades humanas no espaço, o que representa uma base segura para os diversos especialistas de outras disciplinas e para os técnicos de planificação”<sup>13</sup>.

A principal participação da geografia nas tarefas de planejamentos diz respeito ao estudo das regiões, uma vez que nenhum especialista está melhor habilitado que o geógrafo para apreender as diferenciações regionais. A própria identificação das unidades regionais, que não decorrem, apenas, da situação econômica, das condições sociais ou das características do quadro natural, mas da integração de todos êsses fatos, a identificação das unidades regionais, repetimos, é tarefa precípua do geógrafo. E sua delimitação e hierarquização, igualmente.

Desde que começou a se constituir como ciência, há mais de século e meio, a geografia vem desenvolvendo os fundamentos da regionalização, discutindo as noções de região, reconhecendo na superfície da terra um agregado hierár- quico de unidades espaciais que correspondem a uma realidade.

Nos estudos de caráter regional que levam ao planejamento territorial, nos *surveys* ou diagnósticos, a colaboração dos geógrafos vem sendo efetiva em numerosos países.

A participação da geografia nos planejamentos regionais, portanto, não é mais posta em dúvida e ela vem-se multiplicando e se tornando mais expressiva, à medida que se sucedem essas iniciativas, no Brasil como na maioria dos

<sup>13</sup> BERNARDES, Nilo — Obra citada.

países do mundo. E o papel dos geógrafos nesses planejamentos tem evoluído no sentido de uma responsabilidade progressivamente maior, em vista do reconhecimento, pelos especialistas, da utilidade de sua contribuição.

Mas não é apenas nos planejamentos regionais que a geografia encontra aplicação. Também para os planos nacionais ela é um instrumento de valor, contribuindo para os diagnósticos, já agora setoriais, pela identificação dos focos de polarização que devem servir de apoio, à regionalização dos planos e à difusão das medidas renovadoras, como através de vários outros estudos.

Para a própria elaboração dos planos econômicos globais, a geografia tem a sua utilidade, pois fornece ao planejador uma visão mais ampla e complexa da realidade, de cuja análise deve partir qualquer programação de medidas que resultem em uma intervenção deliberada para a transformação dessa mesma realidade. Partindo sempre da identificação e da explicação da realidade, tomada em uma expressão espacial de escala variável, o geógrafo reconhece que cada uma das situações que examina tem uma individualidade própria, embora esteja sempre pronto a estabelecer analogias com outras situações existentes em outras áreas. Em vista disso, uma de suas preocupações diante dos planejamentos reside no reconhecimento de que cada situação comporta uma solução própria e de que as experiências obtidas em outras áreas, embora úteis, não devem ser automaticamente adotadas como solução para o nosso meio, não podem ser simplesmente transferidas. Não se prendendo a esquemas e não se afastando de sua posição doutrinária, que não lhe permite esquecer a realidade em toda sua complexidade, a geografia se revela da maior utilidade para os planejadores. Ela é um meio seguro para a compreensão do espaço, de suas potencialidades, como de sua organização; ela é também um instrumento de ação a serviço de sua reestruturação em bases mais racionais e mais humanas.

Se promover o desenvolvimento, racionalizar a ocupação do espaço e harmonizar os desequilíbrios regionais é contribuir diretamente para o fortalecimento do Poder Nacional, não há, como negar que a atitude ativa da moderna geografia é um poderoso instrumento na consecução deste fortalecimento.